

A gradação tipológica das construções de voz

Roberto Gomes Camacho

Recebido 10, mai. 2006/Aprovado 8, ago. 2006

Resumo

A caracterização tipológica da passiva envolve, segundo Givón, (1981), três domínios funcionais: atribuição de um tópico, impessoalização e detransitivização. O principal interesse deste trabalho é fornecer uma caracterização escalar e não discreta para as diferentes construções de voz disponíveis na gramática do português com base nesses três domínios funcionais.

Palavras-chave: voz passiva, voz impessoal, voz média, topicidade.

0. Introdução

A noção de que a gramática tradicional tem boas intuições sobre os fatos lingüísticos, mas pouca precisão descritiva foi um dos motivos que acionou o interesse pela construção de uma gramática de referência do português, já em 1988, quando um grande grupo de lingüistas de diferentes universidades brasileiras reuniu-se em torno de um projeto comum de âmbito nacional, o 'Projeto de Gramática do Português Falado'. Esse projeto constitui a principal conseqüência de um anseio inaugurado no Brasil, principalmente na década de 80, pela revisão do conceito tradicional de gramática, traduzido em obras como Cunha e Cintra (1985), Perini (1995), Bechara (1999) e, em Portugal, com Mira Mateus e outros (1983); seus reflexos mais recentes se fazem sentir nos trabalhos de Neves (2000) e Vilela & Koch (2001).

Um dos objetivos de uma gramática de referência não é o de fornecer tão somente uma descrição do uso efetivo, mas um conjunto de proposições que sirva de orientação sobre os recursos disponíveis ao falante comum, num tipo de atividade mais próxima da elaboração normativa, nunca da prescritiva: "A distinção entre o ponto de vista prescritivo e o ponto de vista normativo se estabelece, essencialmente, sobre uma definição de norma, fundamentada nas freqüências observáveis dos fatos funcionais" (FRANÇOIS, 1979, p. 93)

Assim, o percurso que medeia a descrição dos dados e a construção de uma gramática com base em 'freqüências observáveis' tem como origem uma reflexão sobre a "autoridade dos fatos", própria de uma descrição científica, e como alvo uma reflexão sobre o "fato de autoridade" (FRANÇOIS, 1979, p. 93), própria de uma gramática. Na construção de uma gramática normativa desse tipo as perguntas que se impõem são, em primeiro lugar, como a descrição e a explicação teoricamente fundamentada que se faz no âmbito acadêmico pode transformar-se num discurso sobre as regras efetivamente em uso? E, em segundo lugar, em que grau aspectos relevantes da descrição do fenômeno abordado está próximo ou distante do modo tradicional de descrição das gramáticas puramente prescritivas em uso no ensino escolar?

Responder a essas questões, mesmo de forma indireta, é uma das preocupações que norteiam este trabalho, que procura refletir sobre a relação entre o trabalho descritivo e o normativo, com base no enfoque de um fenômeno lingüístico particular, o domínio funcional da voz, já suficientemente submetido ao escrutínio da pesquisa lingüística (MOINO, 1989; CUNHA, 1994; CAMACHO, 2002).

De um ponto de vista tipológico, as construções de voz exercem uma diversidade de valores semântico-oracionais e pragmático-discursivos, codificados na sintaxe por diferentes tipos de configurações estruturais. É justamente em função dessa

complexidade que a tipologia lingüística tem preferido definir voz como um domínio multifuncional, com base no princípio de que a pesquisa trans-sistêmica não pode partir da forma, que nem sempre é a mesma nas diferentes línguas, mas de domínios funcionais, que são codificados por uma variedade de formas.

A noção de multifuncionalidade da voz verbal envolve, segundo Givón, (1981, 1994), três domínios funcionais: (i) o de topicalidade, segundo o qual se atribui a função de tópico a um argumento não-agente; esse traço é oposto ao que identifica a sentença ativa correspondente, em que o tópico é comumente o sujeito/agente; (ii) o de impessoalidade, segundo o qual se suprime a identidade/presença do argumento agentivo, geralmente o sujeito expresso da sentença ativa; (iii) o domínio da detransitividade segundo o qual, a construção de voz é semanticamente menos 'ativa', menos transitiva, mais estativa que a construção ativa correspondente.

O objetivo específico deste trabalho é mostrar, por um lado, que as construções de voz do português falado, incluindo as médias e as reflexivas, são pontos de um *continuum* funcional e que, nesse caso, passiva e impessoal correspondem aos dois extremos da escala, embora sejam regidas pelas mesmas restrições semânticas em relação ao tipo de predicado subjacente envolvido, enquanto a construção média e a reflexiva ora combinam traços com a passiva ora com a impessoal. A interpretação das construções de voz adotará uma perspectiva pragmática e uma perspectiva semântica; a perspectiva pragmática tomará como parâmetro a relativa topicalidade do agente e do paciente, com base na proposta de Givón (1981), e a perspectiva semântica tomará como parâmetro o grau de distintividade dos participantes no evento transitivo, tal como proposto por Kemmer (1994). O objetivo mais geral é mostrar que a gramática normativa ganha em precisão e qualidade se adotar uma perspectiva escalar para suas categorias.

A construção de uma tipologia se baseará, sempre que possível, em dados extraídos do *corpus* compartilhado do Projeto de Gramática do Português Falado, que consiste numa amostragem do material coletado pelo Projeto da Norma Urbana Culta (NURC)/Brasil, gravados com informantes cultos procedentes de Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Este texto organiza-se do seguinte modo: a seção 1 trata das condições semânticas e pragmáticas que permitem codificar sintaticamente um estado de coisas nas construções passiva e impessoal e do modo como as diferenças funcionais representam escolhas pragmaticamente motivadas. Passa-se, em seguida, na seção 2, à discussão das construções reflexiva e média, com ênfase especial na última em virtude de não merecer um enfoque sistemático nas gramáticas da língua portuguesa; nessa seção, apresenta-se um quadro analítico para representar a função

que a escolha de uma construção média projeta no âmbito da transitividade semântica. A conclusão inclui algumas generalizações em princípios tipológicos que permitem identificar cada construção de voz como pontos funcionais de um *continuum* escalar, perspectiva de análise que poderia substituir o tratamento excessivamente dicotômico das categorias nas gramáticas do português.

1. Construções passiva e impessoal: distinções pragmáticas e semânticas

1.1 Tipo semântico de predicado e função semântica

A grande maioria das construções passivas e impessoais ocorre com verbos de ação [+dinâmico, -controlado] em cujo esquema de predicado, o argumento objeto corresponde a um papel de paciente (meta e meta-experienciador), isto é, uma entidade afetada ou efetuada, enquanto o argumento sujeito corresponde a uma entidade agentiva, humana e controladora. Os exemplos (1a-c) abaixo ilustram esse tipo de predicação

- (1) a *todo seu material bélico foi arrasado?* (EF-RJ-379)
 b *compra-se mais um título...* (D2-RJ-355:30)
 c *faz esse refogado e põe tomate, um ou dois tomates* (D2-POA-291:129)

Muito provavelmente são os verbos de ação os que prototipicamente desencadeiam as construções passivas e impessoais. Por essa razão, uma gramática como a de Cunha (1986) traz definições de voz ativa, passiva e reflexiva em que a noção de agentividade está sempre implícita: “[...] o fato expresso pelo verbo pode ser representado de três formas: a) como praticado pelo sujeito [...] b) como sofrido pelo sujeito [...] e c) como praticado e sofrido pelo sujeito [...]” (CUNHA, 1986, p. 210)

Entretanto, a passiva manifesta-se também com predicados de posição, que não envolvem dinamicidade, mas são semanticamente marcados pelos traços [+controlado]. posição, na visão teórica de Dik (1989), aqui adotada, inclui os verbos de percepção, ou posição mental, como *considerar* e seus similares com verbo-suporte, como *levar em conta*, contido em (2-a); e verbos que pressupõem posicionamento físico de um ser controlador, como *considerar*, *manter*, *conservar*, conforme se observa em (2b-d).

- (2) A *aumentos... salariais... que anualmente são levados em conta* (DID-RE-131)
 b *os sindicatos são realmente entidades...que têm... determinados elementos que são considerados como postos...[...] quer dizer que são considerados como elementos chaves* (DID-RE-131: 70-1)
 c *o período presidencial... é mantido... durante três anos...* (DID-RE-131:225)
 d *outros tipos de alimento que podem ser conservados* (DID-POA-044)

Mais intrigante é a incidência de predicados de processo, cuja entidade envolvida, não exerce qualquer controle, sendo, antes, afetada. Processos [+dinâmico, -controlado] implicam, por definição, a atuação involuntária dos participantes, afastando-se, portanto, do evento transitivo prototípico. Apesar dessa restrição semântica, o *corpus* inclui construções passivas com predicados de processo, como *lembrar*, *entender*, *perceber*, e *perder*, contidos em (3a-c).

- (3) a *a relação salário aluguel...já que o assunto foi lembrado aqui...*(D2-RJ-355:213)
 b *bom... ocorre a guerra e... nada nessa história acontece por acaso... né? se... realmente a guerra foi perdida pelos países do eixo... é que as condições... sociológicas... econômicas e políticas etc.etc.fizeram com que fosse perdida a guerra...* (EF-RJ-379)
 c *agora o dinheiro no Brasil nunca foi tão difícil de ser entendido...* (D2-RJ-355)

Todos esses predicados de processo contêm um sujeito experienciador e a experiência por que se passa pode ser física, como ocorre com *ver* e *perder*, ou mental, como ocorre com *entender*, *perceber*, *lembrar*. Observe a esse propósito, o uso causativo de *lembrar* em (4a-c), em que se aplica o traço [+controlado], justificando o uso de construções passivas, como a de (3a).

- (4) a *O professor lembrou a data da prova.*
 b *A data da prova foi lembrada pelo professor.*
 c *Lembrou-se a data da prova.*

As construções contidas em (3b-c) constituem desvios do evento prototipicamente transitivo, que deveria caracterizar as construções passivas. Certamente o envolvimento num estado de coisas não-controlado não acarreta qualquer ato voluntário, intencional da entidade experienciadora. É por outra razão que, ao explicar as construções de voz passiva, as gramáticas escolares invocam um argumento circular para fornecer as condições estruturais da passiva, ao mencionarem que o único tipo de verbo que licencia essa construção é o chamado transitivo direto, e o conceito de transitividade é entendido sintática e não semanticamente, ainda que as definições de passiva tenham em geral uma base nocional.

Quanto à impessoal, embora a incidência de outros tipos semânticos de predicados seja pouco representativa, há um dado relevante a observar: aplicam-se a ela as mesmas condições semânticas que se aplicam à passiva. É possível inferir essa correlação do fato de os dados terem manifestado inclusive ocorrências de predicções envolvidas com entidades no papel semântico de experienciador e de posicionador, que pressupõem entidades controladoras, comuns às construções passivas. As sentenças incluídas em (5a-c) são exemplos representativos de

predicação de posição [-dinâmico; +controlado], e as de (5d-e), de processo [+dinâmico, -controlado].

- (5) a *somente levando em consideração a realidade social... em adequação à lei por exemplo* (EF-RE-337:224)
 b *porque tem que manter um certo padrão:: e não dá* (D2-SP-360:686)
 c *alimentos assim que não se pode guarda(r) por muito tempo, não é?* (DID-POA-044: 207)
 d *e como se vê fogueira o olindense faz fogueira* (D2-RE-05:290)
 e *se encontra por exemplo hoje...no Japão... quer dizer uma situação DIFERENTE daquele Japão pós-guerra* (EF-RJ-379:340)

1.2. Grau de transitividade

Nos dados analisados, há em termos estritamente semânticos, uma correlação significativa entre as construções de voz passiva e impessoal: ambas são fortemente motivadas pela presença de um verbo de ação [+dinâmico, +controlado] em detrimento de predicados de processo, posição e estado, o que confirma a idéia de que o candidato preferencial para ocupar a função de sujeito, o agente, segue a hierarquia de funções semânticas. Uma boa questão a discutir é a das motivações funcionais possíveis que determinam a escolha entre essas construções alternativas.

Um aspecto funcional importante que deve determinar essa seleção está justamente no domínio semântico da transitividade. A natureza ativo-transitiva do predicado, que a construção impessoal preserva, alivia a restrição motivada pelo princípio cognitivo do grau de distintividade entre os participantes. Com base num postulado de Haiman (1983) sobre a separação conceitual que o falante opera cognitivamente sobre grau de individuação, Kemmer (1994) elabora o parâmetro da *distintividade relativa de participantes*, segundo o qual uma entidade única físico-mental pode ser conceitualmente distinguida em diferentes participantes.

Assim, como a passiva se aplica a eventos transitivos em que a entidade no papel de iniciador deve ser distinta da entidade no papel de ponto de chegada, ela é automaticamente bloqueada por predicados de ação cujo objeto afetado é parte inalienável da entidade agentiva, conforme se observa em (6-8).

- (6) a João lavou-se.
 b ? João foi lavado por si.
- (7) a João levantou o braço.
 b ?O braço foi levantado por João./ ?O braço de João foi levantado por ele
- (8) a João tomou banho.
 b ?Banho foi tomado por João

O traço caracterizador de um esquema de predicado bivalencial, que constitui o evento transitivo prototípico, representa-

se, por definição, na distinção entre dois participantes exercendo papéis semânticos igualmente distintos, que é como se identifica uma relação tipicamente assimétrica (KEMMER, 1994). O evento reflexivo de (6a) evoca dois papéis semânticos separados, mas que convergem para uma única entidade referencial. Já o Agente e a entidade afetada de (7a) representam uma única entidade, uma vez que *braço* representa uma parte inalienável de *João*. Assim, (6a-b) e (7a-b) constituem subconjuntos do mesmo fenômeno semântico, isto é, os argumentos representam entidades com grau baixo ou nulo de distintividade. A consequência mais evidente dessa propriedade semântica para a organização sintática é o bloqueio da construção passiva de (7b), que não se aplica, no entanto, à construção impessoal, conforme se observa em (9).

- (9) a levantou-se tanto o braço na assembléia para votar as propostas que a reunião mais parecia um ritual religioso.
b Na pescaria tomou-se banho só de rio.

Ilari & Franchi (*apud* FRANCHI; CANÇADO, [19--?]) lembram, todavia, que passivas derivadas de predicados com objeto incorporado são mais frequentes do que parecem, pelo menos na modalidade falada coloquial: *Ele é para ser tomado conta, hein?* Esses casos, que constituem graus extremos de topicalização do SP oblíquo na função de Beneficiário, assemelham-se a outras construções de tópico, em que uma entidade externa à predicação, chamada por Dik (1989) de Tema, passa a gramaticalizar-se como Sujeito/Tópico da predicação. Esses processos de 'integração de Tema' (Dik 1989) se assemelham formalmente com casos, como *O meu carro furou o pneu*, tratados por Pontes (1987).

Observem-se, agora, as sentenças contidas em (10a-c):

- (10) a João quebrou o vidro da janela.
b O vidro da janela foi quebrado (por João).
c Quebrou-se o vidro da janela (?por João).

Em termos estritamente semânticos, a possibilidade de construir passivas e impessoais no português está associada às mesmas restrições de seleção; entretanto, a sentença passiva é prototipicamente sensível à promoção de entidades afetadas à posição de sujeito/tópico e à detransitividade do predicado verbal, excluindo-se necessariamente a impessoalidade do agente; quanto a esse aspecto, as impessoais não autorizam absolutamente a manifestação formal de um SN agentivo, ainda que ele permaneça pressuposto.

O fato de permanecer pressuposto, sem manifestação formal, mostra que, acima de tudo, o acesso a tipos alternativos de construções de voz é uma prerrogativa do falante ao elaborar seu discurso. Sendo assim, na formulação de uma construção de voz, as condições pragmáticas, ligadas ao nível interpessoal,

acionam uma escolha, e a construção selecionada obedece a restrições semânticas, no nível representacional, quanto ao tipo semântico de predicado e à função semântica dos participantes. O resultado dessa operação é a codificação morfossintática, que distingue formalmente as duas construções de voz, de acordo com a natureza da formulação (cf. HENGEVELD, 2004).

As gramáticas tradicionais sustentam o princípio descritivo de que construções impessoais são passivas reais em função de o argumento único ser o sujeito formal e, embora posposto, controlar a concordância número-pessoal com o verbo. Há, todavia, uma gramática que resiste em considerar a impessoal como uma forma de passiva: “Tal teoria [...] foge à realidade da língua. Em tal frase [alugam-se casas], *casas* é o objeto direto: o verbo é ativo e o *se* é símbolo de indeterminação do sujeito.” (BARROS, 1985, p. 301)

Bechara (1999) reconhece essa diferença semântica e formal entre passiva e impessoal, mas a natureza clítica das construções impessoais o leva a aproximá-las da voz reflexivo-recíproca; para diferenciar uma da outra, menciona vagamente um sentido de “passividade com *se*” e de impessoalidade para a construção que se denomina aqui de impessoal, conceituando a reflexiva como a “forma verbal que indica que a ação verbal não passa a outro ser (negação da transitividade), podendo reverter-se ao próprio agente, que é o sentido reflexivo propriamente dito, ou atuar reciprocamente entre mais de um agente” (cf. BECHARA, 1999, p. 222-3). Ao contrário da interpretação de Bechara, mais adiante se defende a idéia de que a reflexiva é a construção de voz que mais se aproxima do evento ativo-transitivo, interpretação mais próxima da que defende Barros (1985).

1.3. Forma de manifestação do SN agente na passiva

A condição especial da passiva de poder conservar o SN agentivo pode ser observada em (11a) e (11b), construções que manifestam respectivamente SNs sob a forma de itens lexicais plenos e de zeros anafóricos:

- (11) a *então lá fui recebido pela empregada (D2-RJ-355)*
 b *então a minha de onze anos... ela supervisiona o trabalho dos cinco... então ela vê se as gavetas estão em orde/... em ordem se o:: material escolar já foi re/arrumado [entenda-se pelos cinco] para o dia seguinte (D2-SP-360)*

No exemplo contido em (11b), o tópico discursivo é representado pelos cinco filhos da locutora, que passa a tratar especificamente de um deles, a menina de onze anos. O contexto deixa claro que o SN agentivo não-manifesto pressuposto por *arrumar* se identifica, por relação anafórica e co-referencial, com o SN *os cinco*; trata-se claramente de um caso de entidade inferível não-

contida (PRINCE, 1981). Em outro tipo de construção, como o de (12), a referência ao nominal está bem mais próxima:

- (12) *se... realmente a guerra foi perdida pelos países do eixo... é que as condições... sociológicas... e econômicas e políticas etc. etc. fizeram com que fosse perdida a guerra... [entenda-se pelos países do eixo] (EF-RJ-79)*

Há casos de passivas não-agentivas que assim se caracterizam por manifestarem entidades genéricas, como o de (13a) ou, se individuadas, desconhecidas do emissor, e por fim, se conhecidas, propositalmente não enunciadas por ele, como o de (13b).

- (13) a *ciranda é cantada durante o verão em Olinda.*
b *se a gente lembrar que aquele prédio foi feito para conter (D2-RJ-355)*

Em termos semânticos, a passiva prototípica corresponde a uma predicação estativo-processiva em que a entidade afetada/efetuada pela ação verbal recebe a função de sujeito e, geralmente, a de tópico, e a entidade causadora ou é colocada em segundo plano, significativamente, representada pela posição sintática de oblíquo, ou, mais comumente, é demovida sintaticamente.

Embora a demissão sintática do SN agentivo seja facultativa, acaba por constituir-se numa propriedade característica da passiva, já que a grande maioria das ocorrências não exhibe a possibilidade de recuperação, no contexto discursivo, de referência a uma entidade individuada que seja controladora da ação envolvida no predicado.

Vale a pena mencionar que a manifestação do agente como oblíquo cria uma possibilidade adicional de demovê-lo, propriedade que dá uma flexibilidade funcional à passiva de que a impessoal não dispõe. Há, na realidade, uma tendência inequívoca, detectada por Du Bois (1987) no sacapulteco e por Pezatti (2002) no português falado, para orações com um único argumento lexical, geralmente na posição de meta, implicando numa regra de estrutura preferida do tipo “evite mais de um argumento lexical na oração”. Nesse caso, enquanto a construção passiva é capaz de cumprir satisfatoriamente esse princípio funcional, conforme o estatuto informacional dos argumentos, a impessoal é absolutamente impermeável a ele.

A demissão sintática do SP agentivo, embora facultativa, é estatisticamente preferida (CAMACHO, 2002; CUNHA, 1994), o que aproxima as duas construções, mas razões pragmáticas de topicidade da entidade afetada comandam a escolha da passiva em vez da impessoal. Um traço formal que permite rastrear com segurança a topicidade da entidade representada no SN sujeito da passiva é seu grau de acessibilidade anafórica (WRIGHT; GIVÓN, 1987). Observem-se em (14a) e (14-b) dois casos típicos

de SNs na função de sujeito/tópico, manifestando-se, respectivamente, como pronome anafórico e zero anafórico.

- (14) a *a Arquitetura quando foi prá lá estava do primeiro ao oitavo andar mobiliado... com mobiliário melhor possível... então... o que acontece... quando ela foi sendo comprimida... ela não foi deixando os móveis* (D2-RJ-355)
 b *a criança vai ao maternal somente pra brincar.. ser educada ser alfabetizada* (DID-SA-231)

É óbvio dizer que zeros costumam desempenhar o papel de ponto terminal de uma cadeia anafórica, que, muitas vezes, começou com um SN lexical pleno. Observem-se os exemplos contidos em (15).

- (15) a *esse nódulo terá que ser... examinado..∅. terá que ser retirado... ∅ terá que ser mandado para a... anatopatologista... para eh::eh::/ para então... ele dizer... se há malignidade ou nao nesse nódulo* (EF-SA-049)
 b *ele é responsável pela chefia lá e:: ∅ não foi preenchida* (D2-SP-360)

Vale lembrar que Weiner & Labov (1983) defendem a idéia de que construções passivas não-agentivas em inglês não são favorecidas por condições pragmáticas, como topicidade, mas por razões formais de paralelismo formal, que é a presença de uma construção similar precedente. Desse modo, o sujeito da passiva, em vez de seu caráter tópico, é simplesmente motivado pela tendência de se preservarem estruturas paralelas.

Os dados de língua falada aqui analisados não confirmam a atuação desse fator, já que é significativamente majoritário o número de passivas sem qualquer outra estrutura similar no contexto. A passiva é usada principalmente para a continuidade tópica de um argumento não-agentivo. Na verdade, os índices de manutenção de sujeito apontam apenas parcialmente para um fenômeno mais geral, de manutenção tópica, cujo indício mais evidente está no grau de distância referencial não importa que função, na oração anterior, o SN precedente exerça. Nesse âmbito, é possível evocar os dados de Cunha (1994) que apontam para uma incidência de apenas 19% dessa categoria em seus dados de fala. Nesse caso, o mecanismo que atua mais decisivamente é de ordem discursiva, já que atende a determinações pragmáticas de manutenção e continuidade tópica e não a determinações de ordem puramente formal.

1.4. O estatuto gramatical do argumento único das construções impessoais

Nas estruturas impessoais reinam absolutas as entidades inanimadas na única posição argumental. Um bom indício para verificar o estatuto dado/novo desses referentes é seu grau de acessibilidade anafórica. A grande maioria dos SNs das construções clíticas e não-clíticas apresentam ligação anafórica com

algum elemento antecedente, comportamento que caracteriza as entidades representadas por esses SNs como discursivamente dadas.

Nessa condição, o argumento afetado seria promovido, de um ponto de vista pragmático, para a função de tópico e, de um ponto de vista sintático, para a posição de sujeito, como, aliás, é comum ocorrer com a passiva. Entretanto, dificilmente se poderia atribuir aos casos de voz impessoal do *corpus* exemplos claros e inequívocos de construção promotora de entidades afetadas à posição de sujeito, já que a maioria absoluta delas têm seu argumento único inequivocamente flexionado no singular.

Para reforçar esse argumento, verifiquemos como se comportam os argumentos únicos das construções impessoais; caso fossem interpretados como sujeito, exigiriam aplicação de concordância de número. Isso de fato ocorre em apenas um caso, ilustrado em (16).

- (16) *quer dizer além de chegar ao plano muscular...se retiram os elementos musculares... ou sejam... os peitorais... grandes e pequenos* (EF-SA-049)

O cuidado especial do falante com a regra normativa de concordância verbal o leva a produzir um caso típico de hiper-correção mais adiante, quando usa a locução invariável *ou seja* como um verbo no plural. Isso pode indicar que, somente em situações muito tensas, um falante de nível superior de escolaridade produziria uma construção em que o argumento único é codificado como sujeito, em razão da concordância número-pessoal.

Os demais casos representam todos indícios de que o falante não trata o argumento posposto ao verbo como o sujeito legítimo da sentença. Vale ressaltar que alguns casos são construções impessoais não-clíticas, em que a ausência de marca explícita de voz torna mais rara a concordância. A sentença contida em (17) fornece uma evidência de que a construção impessoal é variável quanto à inserção do clítico marcador.

- (17) *então, naquele arroz mexe, quebra dois ovos aí e, e depois então comprime esse arroz num pirex, bate-se um ovo, põe a gema* (D2-POA-291)

Já em outros casos, como os de (18a) e (18-b), a construção impessoal é inequivocamente assinalada com o marcador clítico. A despeito disso e da relativa formalidade da situação interacional, o SN pluralizado não aciona a concordância.

- (18) a *não se pode criar assim profissões ou citar(r) profissões que sejam mais importantes ou mais necessárias entende?* (DID-POA-044)
 b *também se faz a aquelas compras pequenas que.. alimentos assim que não se pode guarda(r) por muito tempo, né?[...] só outros tipos de alimentos que podem ser conservados* (DID-POA-044).

É interessante observar que, em (18b), o locutor usa a alternativa impessoal com um SN no plural que, mesmo assim, não aciona a concordância de número no predicado. Na seqüência, apesar de *alimentos* aparecer em posição pré-verbal, controlando a ligação anafórica com o pronome relativo na posição de sujeito, esse SN também não é capaz de acionar a regra de concordância com o auxiliar modal *poder*. Na mudança de subtópico que o locutor faz em seguida, referindo-se a outros tipos de alimentos, ele alterna para a passiva numa oração relativa restritiva, cujo pronome relativo tem como co-referente um nome no plural e, diferentemente do que ocorre na construção impessoal, que acabou de ser enunciada, aplica-se rigorosamente a regra de concordância.

As construções impessoais ainda representam casos de ambigüidade estrutural no português falado culto em função de um mínimo de construções no plural, certamente motivadas pela tradição normativa que rege a modalidade escrita. Esses poucos casos podem ser identificados como construções que promovem o SN afetado à posição de sujeito. Ainda assim, é muito relativa a aplicação da regra de concordância nos casos de sujeito em posição pós-verbal. Reporta-se aqui aos exemplos de (19), extraídos de uma amostra de língua escrita de Scherre (*apud* BAGNO, 2003, p. 27).

- (19) a “FALTA ao governo FHC DECISÕES CORAJOSAS E FIRMES, principalmente contra os partidos que o apóiam” (O Estado de S. Paulo, 17/9/1995, A-2, c. 2)
 b “Mas se a população de rua não for retirada, de nada ADIANTARÁ MEDIDAS DE SEGURANÇA”. (Jornal do Brasil, 13/11/92, p. 3)

A preferência estatística por construções impessoais no singular é um indício evidente de que se acha subjacente a interpretação cognitiva de que o constituinte relevante não é de fato o sujeito sintático.

Assim, nem todas as construções desse tipo se fazem marcar por *se*, eliminação que, de resto, acompanha a perda de clíticos já atestada no português (cf. KATO; TARALLO, 1986). Além disso, nem sempre, como se sabe, o argumento único do predicado na construção impessoal se comporta como sujeito real: além de ocupar uma posição destinada ao objeto, não é absoluta a codificação morfossintática que regula o comportamento nominativo desses SNs, tal como costuma aparecer nas gramáticas tradicionais. Cria-se, assim, uma espécie de voz ativa impessoal indeterminadora, em que o argumento paciente não recebe função de sujeito, cuja posição fica marcada formalmente pela presença do clítico *se*.

Já a preferência pela construção passiva é motivada pela determinação pragmática de constituir um tópico, o que não se aplica à impessoal, em que o processo é apresentado em si

mesmo, independentemente de uma entidade que lhe sirva de referência, a mesma motivação que dá lugar às frases sem sujeito.

A própria configuração sintática da construção impessoal, argumento único em posição pós-verbal, é um resultado explícito dessa motivação pragmática; além disso, ela preserva a estrutura predicacional ativo-transitiva.

A necessidade pragmática de topicalização requer do falante a opção por uma estrutura em que o argumento principal seja sintaticamente o sujeito, o que define a construção passiva. Nesse caso, resulta um estatuto de detransitividade semântica, que é secundário em função da determinação pragmática de atribuição tópica, hierarquicamente dominante.

2. Construções de voz média e de voz reflexiva

2.1. Um único clítico com duas funções

O termo *média* designa uma categoria flexional de voz do Grego Clássico, definida tanto em termos de forma quanto de função. Do ponto de vista formal, essa categoria é constituída por paradigma de sufixos verbais com uma função semântica bem delineada: expressar estados de coisas que afetam o sujeito do verbo ou seus interesses (cf. LYONS, 1979, p. 373). Por ser do domínio das línguas indo-européias clássicas, como o sânscrito, o grego e o latim, as gramáticas não fazem qualquer referência ao termo, embora haja claras alusões à expressão *voz reflexiva*. Cunha e Cintra (1985, p. 395) tratam a passiva mais como um modelo de conjugação, enquanto a diferença entre voz reflexiva e média se restringe apenas à idéia de que, quando no singular, o clítico na função de objeto co-referencial ao SN sujeito, manifesta a idéia de reflexividade e, quando no plural, o clítico co-referencial ao sujeito manifesta a idéia de reciprocidade; já a diferença entre reflexiva e média é tratada apenas com uma seção destinada aos verbos pronominais.

Câmara Jr. (1972) foi o primeiro lingüista a reconhecer não só os traços comuns mas também os traços distintivos das construções média e reflexiva/recíproca. Em atenção aos traços comuns, denomina *medial* o tipo que corresponde sintaticamente a uma construção em que à forma do verbo na voz ativa se acrescenta um pronome adverbial átono, referente à pessoa do sujeito, e a função semântica que veicula é a de uma integração na ação que dele parte. Em atenção aos traços distintivos, Câmara Jr. (1972, p. 182-3) fornece três subcategorias de voz *medial*: a medial reflexiva, a medial recíproca e a medial dinâmica.

Seja como medial reflexiva, seja como medial recíproca, a construção não-pronominal com objeto autônomo, isto é, não co-referencial ao sujeito, mantém inalterada a significação

verbal, sempre numa forma ativa, conforme os exemplos: *eu me feri* x *eu o feri*. Já como medial dinâmica, a pessoa do sujeito, sob a forma do clítico, reaparece no predicado, representando o centro de uma ação verbal transitiva que dele parte, mas que não sai de seu âmbito, eliminando-se, assim, o objeto sobre o qual ela recairia: *eu me levantei* e, diferentemente das estruturas reflexivo-recíprocas, a construção de pronome autônomo altera a significação verbal: *eu o levantei*.

Alguns exemplos típicos de voz média reflexiva e de voz média recíproca podem ser observados em (20a) e (20b), respectivamente. O uso original das construções clíticas foi provavelmente o reflexivo simples com o pronome co-referencial ao objeto, que se vê em (20a) e o uso recíproco, que se vê em (20b).

- (20) a *e a melhor maneira que ele encontrava pra se defender era atacando* (EF-RJ-379).
 b *mas um não acusa o outro de jeito nenhum...agora na mai/... na maioria das vezes eles dizem...(que foi eles...dizem) se acusa* (D2-SP-360)

As construções de (20a) e (20b) permitem uma formulação alternativa na voz ativa com o mesmo valor semântico do verbo, conforme se observa em (21a) e (21b).

- (21) a A melhor maneira que ele encontrava para defender sua pátria era atacando.
 b O deputado acusou o ministro de corrupção.

Como marcador medial, o clítico *se* ainda retém propriedades pronominais de acordo com suas origens no pronome reflexivo: formalmente ainda é parte do paradigma pronominal, correlacionando-se com outros membros da classe, embora o único traço nominal que lhe resta seja o de pessoa; além disso, ele participa regularmente das regras de colocação de clíticos que governam os pronomes em geral. O marcador medial ainda mantém traços morfológicos e sintáticos tipicamente pronominais, mas sua forma de manifestação sintática e semântica não é idêntica à do marcador reflexivo-recíproco; nas construções médias, o clítico não permite, por um lado, comutações com outros termos possíveis do mesmo paradigma e, por outro, não estabelece com o sujeito uma relação semântica de co-referência, o que só seria possível se houvesse duas posições estruturais disponíveis para serem preenchidas por SNs referencialmente idênticos.

O fato de não constituir uma posição sintática preenchível aproxima as construções médias das construções impessoais: há em ambas as classes um marcador morfológico sem posição valencial no esquema de predicado. Observe-se no exemplo (22) um caso de predicado pronominal.

- (22) *ela realmente procura se aperfeiçoa(r) dentro daquilo que faz*
 (DID-POA-045)

De um ponto de vista formal, uma construção média caracteriza-se, portanto, por predicados intrinsecamente pronominais cujo clítico já não representa nenhum participante no esquema valencial. De um ponto de vista semântico, a maioria dos casos de voz média manifesta predicados com argumento único afetado e todo o evento é tomado como não sendo o resultado da ação de uma outra entidade causativa. O sujeito parece ter alguma qualidade própria para gerar o estado de coisas que então só dele emana. Observe-se em (23a-e) alguns casos prototípicos:

- (23) a *a palavra mesma por si já se explica* (EF-POA-)
 b *a gente se desgasta mais* (D2-SP-360)
 c *acho que o sistema bancário já que nossa conversa é em torno de dinheiro... evoluiu muito e se popularizou* (D2-RJ-355)
 d *mas eu acho que o pessoal não se equipou ainda aqui* (D2-SA-98)
 e *se cala mas não se dobra* (D2-SP-360)

Apesar de o marcador de voz média do português ser, como já mencionado, o clítico destituído da função reflexiva, podem ocorrer, mesmo num *corpus* mais formal, como as entrevistas do NURC, as alternativas não-clíticas contidas em (24), similarmente ao que ocorre, conforme já mencionado, com as construções impessoais.

- (24) a *todo o terreno da vizinhança já valorizou* (D2-RJ-355)
 b *o problema é vender pro comércio...quando começa a desenvolver o comércio...* (D2-RJ-355)
 c *o dia que você tiver verba pra consertar a torneira da tua escola...o vidro da janela que quebrou* (D2-RJ-355)
 d *quando atinge o quinto ano do primeiro grau é o grande deficit de evasão... é onde há... é o pique da evasão..a pirâmide fecha ali... quase que fecha ali...*(D2-RJ-355)

As sentenças acima produzem um efeito semântico equivalente ao de suas alternativas clíticas; são casos de variação. Observe-se, a esse propósito, o exemplo contido em (25), situação em que o mesmo falante produz, às vezes, duas instâncias do mesmo predicado, ora clítico, ora não-clítico.

- (25) *acho que o sistema bancário já que nossa conversa é em torno de dinheiro... evoluiu muito e se popularizou [fechando o tópico] hoje popularizou o sistema bancário* (D2-RJ-355)

Essas variantes não-clíticas aproximam formalmente as médias das construções de voz impessoais, já que o clítico é uma espécie de afixo marcador de impessoalidade e de medialidade, respectivamente, retendo do pronome reflexivo apenas a categoria número-pessoal, mas não a relação de co-referência. É possível referir-se aos verbos inerentemente pronominais, como *queixar-se*, *arrepender-se*

e *levantar-se*, como *media tantum*, já que não têm uma contraparte não-pronominal. Bechara (1999) reconhece que, nessa categoria de verbos, “não se percebe mais a ação rigorosamente reflexa, mas a indicação de que a pessoa a que o verbo se refere está vivamente afetada” (BECHARA, 1999, p. 223), mas não se arrisca a tentar criar uma categoria especial de voz.

Como os marcadores médio e reflexivo mostram freqüentemente correspondência formal sincrônica e/ou diacrônica, é possível concluir que há uma relação semântica entre as categorias que os marcadores expressam, mas a distinção semântica ou funcional entre as construções reflexiva e média também sugere uma distinção formal, suscetível de codificação lingüística, e é nos ‘sistemas de duas formas’ (*two-form systems*) que a diferença se manifesta mais claramente (cf. KEMMER, 1994, p. 190).

O latim se caracterizava como um ‘sistema de duas formas’, mas os marcadores reflexivo e médio não eram cognatos: a expressão formal do primeiro era o clítico *se*, enquanto a do segundo era desinencial, mediante o acréscimo de *-r* à raiz verbal; nesse caso, o latim constituía um ‘sistema de duas formas não cognatas’ (*two-form non-cognate system*). O desaparecimento dos verbos depoentes, classe de *media tantum*, tornou possível generalizar o uso do clítico reflexivo também para as construções médias do português e de outras línguas românicas, como o espanhol e o francês.

Apesar dessa convergência formal das línguas românicas, é possível considerar a hipótese de que a distinção gramatical entre construções médias e reflexivas, presente no latim clássico, venha a traduzir-se, respectivamente, na ausência e na presença do clítico, padrão de distribuição que preservaria inclusão da variedade falada nos sistemas de duas formas, mas com um jogo de oposições muito diferente do que ocorre na variedade padrão da modalidade escrita.

Tomando por base subtipos semânticos de predicação, sugeridos por Kemmer (1994), é possível identificar nos verbos de movimento não-translacional, como *virar-se*, e nos de mudança de postura corporal, como *levantar-se*, a característica semântica de acarretarem uma espécie de fusão no sujeito dos papéis de agente e paciente, embora pareça que o traço de afetado é o mais evidente. O mesmo parece aplicar-se a outros tipos de estado de coisas que envolvem verbos de comportamento, como *conduzir-se*, *comportar-se*, *portar-se*. Verbos naturalmente recíprocos, como *abraçar-se*, parecem fundir os papéis de agente e beneficiário; observem-se, a esse propósito, as construções de (26a-b).

- (26) a João abraçou a mulher, antes que ela caísse de vez.
b João abraçou-se à mulher, antes que (ele) caísse de vez.

A sentença (26b) contém um verbo tipicamente médio cujo complemento preposicionado não exerce a função semântica de beneficiário da ação de João, como é o caso do SN *a mulher* em (26a); exerce, muito provavelmente, a de instrumento (meio de suporte), já que o beneficiário passa a ser o próprio agente, que aparecem como que fundidos no SN *João* na posição de sujeito.

Há um conjunto de verbos tipicamente causativos, que admitem praticamente todas as construções de voz, como se observa nos exemplos contidos em (27a-b) e (28a-b):

- (27) a *O padre conscientizou Maria das dificuldades do casamento.* (ativo-causativa)
 b *Maria foi conscientizada pelo Padre das dificuldades do casamento.* (passiva)
- (28) a *Maria se conscientizou das dificuldades do casamento.* (média)
 b *Maria está conscientizada das dificuldades do casamento.* (estativo-resultativa)

É interessante observar que um evento causativo exclui a construção de voz reflexiva; o clítico *se* de (28a) não pressupõe reforço com *a si mesma*, mas com *por si mesma*, o que leva a interpretá-la como construção média. A reflexividade é muito mais restrita: está relacionada semanticamente a verbos não-causativos com SNs animados, daí a impossibilidade de uma construção de voz média como (29b) :

- (29) a João cortou o bolo.
 b ?O bolo (*se*) cortou.
 c João se cortou.

Este é um bom argumento para considerar que deve ser preferencialmente média a interpretação de construções processivas, como (30a) abaixo, que exibem correspondência com predicados causativos.

- (30) a O bebê se acalmou com os sons ritmados.
 b Os sons ritmados acalmaram o bebê.
 c O bebê se acalmou por causa dos sons ritmados.

Esses verbos de processo configuram uma classe ampla de predicados orientados para a entidade meta, ou paciente. O epíteto *orientação para Meta*, cunhado por Vet (1985), (*Goal-oriented predicates*) indica que esses predicados estão em oposição aos verbos que admitem voz reflexivo-recíproca, que são orientados para a entidade controladora, geralmente no papel semântico de agente (*Agent-oriented predicates*). Os predicados daquela classe não expressam, como os desta, uma relação entre alguma entidade e si mesma, mas o envolvimento do sujeito da sentença num estado de coisas que o afeta de algum modo.

Eventos causativos requerem um causador externo virtual, mas é possível construir sentenças, como (30c), com a entidade causativa, reduzida sintaticamente à posição de oblíquo, e verbalizar o evento como auto-suficiente na rede causal. Nesse caso, a auto-suficiência do evento parece ser mais relevante para os propósitos comunicativos que a ação de uma causa externa controladora na função de sujeito (cf. CROFT, 1994), pressupondo certa responsabilidade da entidade afetada no desencadeamento do processo. É como se as motivações do nível interpessoal se sobrepusessem às do nível representacional e os reflexos dessas motivações no nível morfossintático resumem-se às diferentes configurações formais disponíveis (HENGEVELD, 2004).

2.2. Coincidência das funções semânticas de iniciador e ponto de chegada nas construções médias

Segundo Klaiman (1988), no tipo médio de voz o sujeito, além de iniciador e/ou controlador, representa também o *status* de entidade afetada. Em contraste com a média, sobre o sujeito da ativa, que é, de algum modo, o controlador do estado de coisas, não incidem os efeitos do evento. A representação da sentença processiva correspondente parte de uma perspectiva segundo a qual a entidade afetada, também o ponto de partida do evento, não está sujeita a qualquer causa externa; essa característica, aliada à marcação morfossintática do clítico correspondente, torna evidente sua inserção na classe das médias.

Apesar dessa evidente inserção, não se deve limitar a medialidade às construções processivas, que têm na afetação do sujeito o traço semântico mais distintivo, já que a categoria medial inclui um paradigma de predicções controladas, em que uma entidade agentiva opera sobre si mesma, como *levantar-se*, *virar-se*, *ajoelhar-se*; inclui também uma classe de predicados de processos e estados cognitivos, como *lembrar-se* e *interessar-se*, respectivamente, que acarretam a participação de entidades experienciadoras.

Comparem-se (31a-c) e (32a-c):

- (31) a Maria viu o menino no espelho.
 b Maria viu-se no espelho.
 c Maria viu-se a si mesma no espelho.
- (32) a João se levantou.
 b João levantou a pedra.
 c ?João se levantou a si mesmo.

No caso de *levantar-se*, o léxico do português dispõe de duas entradas, uma pronominal, que representa a interpretação média, e outra não-pronominal, que representa a interpretação causativa. O efeito semântico está no fechamento do predicado sobre seu sujeito, valor semântico que já se supõe estar presente

na construção reflexivo-recíproca. A diferença, entretanto, é que nesta o clítico é simultaneamente anafórico e co-referencial ao sujeito, enquanto na média o clítico é unicamente anafórico. O pronome reflexivo, que perdeu completamente seu estatuto argumental, pode ser considerado uma espécie de afixo pronominal que concorda em pessoa e número com o sujeito da sentença.

Diferentemente dos reflexivos, não há comutação plausível entre o clítico e outro SN com manutenção de compatibilidade semântica, como comprovam os exemplos contidos em (31a-b) e (32a-b). Além disso, a construção (32c) é estranha, e o mesmo não se aplica a (31c). Em (32a), o sujeito é, ao mesmo tempo, Iniciador e Ponto de Chegada do evento.

Os exemplos discutidos envolvem a conceitualização do sujeito da sentença como o lugar de incidência do efeito do estado de coisas. A dupla identidade do sujeito decorre de a média instaurar uma perspectiva que representa a entidade afetada como o ponto de partida do evento e, portanto, iniciador e/ou controlador ou, na pior das hipóteses, entidade não sujeita a qualquer causa externa.

Considerações finais

Ao refletir sobre o modo como o trabalho descritivo, puramente acadêmico, pode atuar sobre o discurso normativo, este trabalho firmou seu principal interesse no estabelecimento das bases para uma gramática, que se limitou, por sua vez, a um único domínio funcional. O trabalho descritivo pautou-se por uma organização escalar de traços semânticos e pragmáticos da diversidade morfossintática das construções de voz do português falado, cujo resultado final consistiu na elaboração de uma taxonomia descritiva, passível de ser aplicada a gramáticas pedagógicas.

Assumi-se, para tanto, o princípio de que voz é, por definição, uma categoria multifuncional, organizada em torno de três domínios (topicalidade, impessoalidade e detransitividade), vinculados ao conceito de “evento transitivo prototípico”, que fornece, por sua vez, a definição nuclear da voz ativo-transitiva (Givón, 1981; 1994), base para outras categorias de voz. A aplicação desses três domínios funcionais fornece uma distribuição de traços que permite chegar à seguinte tipologia:

Domínios funcionais	Passiva	Impessoal	Média	Reflexiva
Impessoalidade	-	+	+	-
Detransitividade	+	-	-	-
Topicalidade	+	-	+	-

Juntamente com a reflexiva, a impessoal é a construção menos marcada, já que para construir um exemplo, basta impessoalizar a entidade controladora do evento, que exerceria a função de sujeito na construção ativa. É por isso que o único

metro da distintividade dos participantes, obtém-se a seguinte tipologia:

Relação assimétrica entre o predicado e dois participantes	Relação simétrica entre o predicado e dois participantes	Relação do predicado com um participante
Voz ativa	Voz reflexiva	Voz média
Voz passiva		Voz impessoal

Para finalizar, uma breve reflexão sobre a questão do grau em que aspectos relevantes da descrição de um fenômeno estejam próximos ou distantes do modo tradicional de descrição das gramáticas puramente prescritivas em uso no ensino escolar. Um modo seguro de responder a essa questão é afirmar que os tipos de construção de voz no português não se identificam funcionalmente, mas constituem, na verdade, diferentes formas de expressão que se acham à disposição do usuário para o exercício de diferentes funções semânticas e pragmáticas. Outro aspecto relevante é o de que os diferentes tipos de construção de voz não constituem categorias discretas, mas fenômenos lingüísticos escalares, contínuos, tendo por referência um modelo prototípico, do qual se afastam mais ou menos.

As gramáticas normativas só teriam a ganhar com um enfoque similar, pois habilitariam o aluno a descobrir na natureza complexa das categorias lingüísticas um cruzamento de traços formais e funcionais em detrimento da caracterização em geral dicotômica e, por isso mesma, pouco explícita na escolha de parâmetros de análise que em geral permeia as gramáticas escolares.

Abstract

According to Givón (1981), the typological characterization of passive involves three functional domains: clausal topic assignment, impersonalization and de-transitivization. This paper's main objective is to provide a scalar, non-discrete characterization to the different voice constructions available in Portuguese grammar on the basis of those three functional domains.

Keywords: passive voice, impersonal voice, middle voice, topicality.

Referências

- BAGNO, M. *A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola, 2003.
- BARROS, E.M. *Nova gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Atlas, 1985.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral*. São Paulo: Editora Nacional: EdUSP, 1976.
- CAMACHO, R.G. Construções de voz. In: ABAURRE, M.B.; RODRIGUES, A. C. S. (Org.). *Gramática do português falado*. v. VIII: Novos estudos descritivos. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP: FAPESP, 2002, p. 227-316.
- CÂMARA JR, J.M. *Princípios de lingüística geral*. 4. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1972.
- CROFT, W. *Voice: beyond control and affectedness*. In: FOX, B.; HOPPEN P. (ed). *Voice: form and function*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1944, p. 89-117.
- CUNHA, M.A.F. Motivações discursivas para o uso da passiva. *DELTA*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 21-27, 1994.
- CUNHA. C.F. *Gramática de base*. Rio de Janeiro: FAE, 1986.
- _____; LINDLEY CINTRA, L.F. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DIK, S C. *The theory of functional grammar*. Dordrecht: Foris, 1989.
- DU BOIS, J. W. The discourse basis of ergativity. *Language*, Baltimore, v. 63, p. 805-55, 1987
- FRANCHI, C.; CANÇADO, M. *Reexame da noção de hierarquia temática*. [S.l.], [19--?]. Versão parcial e preliminar, sem revisão. Texto inédito, não publicado.
- FRANÇOIS, D. A noção de norma em lingüística. Atitude descritiva. Atitude prescritiva. In: MARTINET, J. *Da teoria lingüística ao ensino da língua*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979. p. 87-97.
- GIVÓN, T. The pragmatics of de-transitive voice: functional and typological aspects of inversion. (Introduction). In: _____. (Ed.). *Voice and Inversion*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1994. p. 3-46.
- _____. Typology and functional domains. *Studies in Language*, [S.l.], v. 5, p. 163-193, 1981.
- HAIMAN, J. The iconicity of grammar: isomorphism and motivation. *Language*, Baltimore, v. 56, n. 3, p. 515-40, 1983.
- HENGEVELD, K. The architecture of a Functional Discourse Grammar. In: MACKENZIE, J.L.; GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. A.

- (Ed.). *A new architecture of Functional Grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004. p. 1-21.
- KATO, M.A.; TARALLO, F. Anything YOU can do in Brazilian Portuguese. In: JAEGGLI, O.; SILVA-CORVALAN, C. (Org.). *Studies in romance linguistics*. Dordrecht: Foris, 1986.
- KEMMER, S. Middle voice, transitivity and the elaboration of events. In: FOX, B.; HOPPER, P.J. (Ed.). *Voice: form and function*. Amsterdam: John Benjamins, 1994, p. 179-230.
- KLAIMAN, M.H. Affectiveness and control: a typological study of voice systems. In: SHIBATANI, M. (Ed.). *Passive and voice*. Amsterdam: John Benjamins, 1988. (Typological studies in language, v. 16)
- LYONS, J. *Introdução à lingüística teórica*. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1979.
- MATEUS, M.H.M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 1983.
- NEVES, M.H.M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2000.
- MOINO, R.E.L. Passiva nos discursos oral e escrito. No princípio era o verbo. E o verbo se fez adjetivo? Ou... o que estamos fazendo no oral! In: TARALLO, F.(Org.). *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas: Pontes, 1989. p. 35-50.
- PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1995.
- PEZATTI, E. G. Estrutura argumental e fluxo de informação. In: KOCH, I.G.V. *Gramática do português falado*. 2. ed. rev. v. VI: Desenvolvimentos. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2002. p. 281-306.
- PONTES, E. *O tópico no português do Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- PRINCE, H.F. Toward a taxonomy of given-new information. In: COLE, P. (Ed.). *Radical pragmatics*. New York: Academic Press, 1981. p. 223-255.
- VET, C. Passive, reflexive, and causative predicate formation in French. In: A. M. Bolkestein, C. de Groot; MACKENZIE, J.L. (Org.). *Predicates and terms in Functional Grammar*. Cinnaminson: Foris Publications, 1985. p. 49-69.
- VILELA, M., KOCH, I.V. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 2001.
- WEINER, J.E.; LABOV, W. Constraints on the agentless passive. *Journal of Linguistics*, [S.l.], v. 19, p. 29-58, 1983.
- WRIGHT, S.; GIVÓN, T. The pragmatics of indefinite reference: quantified text-based studies. *Studies in language*, [S.l.], v. 11, n. 1, p. 1-33, 1987.